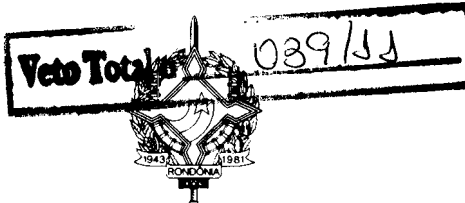


Em 31/11/11

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

Processo 050/11



Recebido, Autua-se e  
Inclua em pauta.

NOV 2011

1º Secretário

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 223, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei, de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, o qual "Dispõe sobre a extensão por mais três meses a Licença maternidade às servidoras públicas estaduais cujos filhos recém-nascidos sejam deficientes visuais, auditivos, mentais, motores ou sofram de má formação congênita", encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 350/2011, de 26 de outubro de 2011.

Nobres Parlamentares, embora louvável a iniciativa, a instituição da referida obrigação e a implementação das demais ações previstas no Projeto de Lei, cria despesa para o Estado e, toda despesa criada no âmbito da Administração Pública deve ter suporte na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O citado Projeto de Lei gera uma despesa para o Estado, sem trazer em seu bojo a respectiva dotação orçamentária que irá custeá-la.

A Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos seus artigos 16 e 17, veda expressamente a criação de despesa derivada de Lei, Medida Provisória ou através de ato administrativo normativo, sem estarem acompanhados das respectivas estimativas de impacto orçamentário-financeiro, dispondo o seguinte:

Art. 16. A criação, a expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

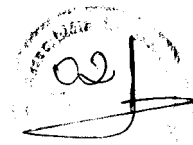
§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO

17 NOV. 2011

Servidor(nome legível)

Ademais, não acompanham o Projeto de Lei em comento a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, a demonstração da origem dos recursos, para custeio da despesa e a devida comprovação de



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

que a despesa não afetará as metas e resultados fiscais previstos no artigo 17 da Lei Complementar n. 101/2000, devidamente acompanhada das premissas e metodologia de cálculos utilizados.

Portanto, o Projeto de Lei sob análise é inconstitucional porque desatende os preceitos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, os quais constituem verdadeiros pressupostos para a válida criação de despesas obrigatórias de caráter continuado. A observância daqueles requisitos é *conditio sine qua non* para validade formal da lei.

Ressalte-se, ainda, que tal matéria é de alçada exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 39, § 1º, inciso II, alínea “a” e “d”, da Constituição Estadual, *in verbis*:

Art. 39.....

§ 1º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para inatividade;

c) REVOGADO

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.

Portanto, o presente Projeto de Lei Complementar sob o prisma jurídico-constitucional contém vício de iniciativa, pois sua matéria é de competência exclusiva do Poder Executivo, e por desatender aos princípios orçamentários constitucionais, razão pela qual se impõe o veto total ao mesmo.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

**CONFÚCIO AIRES MOURA**  
Governador